

PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA E CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Milton Parron Padovan¹
Márcio dos Santos Aquino²
Alexandra Souza Ruiz³

Resumo:

O trabalho objetiva situar o processo histórico da agroecologia no cenário brasileiro e principalmente no Estado do Mato Grosso do Sul, levantando uma importante discussão a respeito da temática e sua importância na construção socioeconômica no estado. A pesquisa se utilizou de técnica qualitativa, empregando-se dados secundários do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Catálogo dos Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), entre outros. Na absorção e utilização de teorias e estudos de importantes autores estaduais e nacionais, se compreendeu o considerável desafio que os sistemas agroecológicos e de práticas ecossistêmicas enfrentarão no médio e longo prazo. Historicamente a agroecologia no MS se insere concomitante aos desafios endógenos do desenvolvimento sustentável, no que tange o alinhamento equitativo do crescimento econômico, do bem-estar social e ambiental. Junto aos programas sociais da agricultura familiar, as iniciativas agroecológicas no estado necessitam formar multiplicadores locais. Diferentes órgãos governamentais assumiram essa responsabilidade com planejamentos de médio e longo prazo, conscientizando os agentes e atores locais das potencialidades da biodiversidade sul-mato-grossense, bem como, fortalecendo iniciativas sustentáveis. Apesar da transição agroecológica no Estado ser considerada recente, cada vez mais os atores – sociedade civil organizada, órgãos públicos e privados – estão envolvidos neste processo evolutivo que vem fortalecendo e potencializando as ações do processo endógeno na região e aliando-se ao cenário nacional.

Palavras-chave: Mato Grosso do Sul; Agroecologia; Transição Agroecológica; Construção Participativa.

¹ Graduado em Biologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1995), Doutorado em Agronomia (Ciência do Solo) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2002) e Pós-Doutorado em Agroecologia, com ênfase em Sistemas Agroflorestais, pela Universidade Federal de Viçosa (2012), e-mail milton.padovan@embrapa.br.

² Bacharel em Administração de Empresas com Hab. em Com. Exterior pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2002-2006). - Especialista em Gestão Estratégica de Negócios pela ANHANGUERA EDUCACIONAL (MBA - 2010). Mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS-UEMS-Ponta Porã), e-mail mar.aqui.santos@gmail.com.

³ Graduação em Administração, com ênfase em Comércio Exterior, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1998). Especialização na área de Gestão de Negócios pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP (2000). Mestrado (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e-mail ale.souza.ruiz@gmail.com.

Abstract:

This work aims to situate the historical process of agroecology in the Brazilian scenario and especially in the State of Mato Grosso do Sul, raising an important discussion about the theme and its importance in the socioeconomic construction in the state. The research was done using a qualitative technique, using secondary data from the 2006 Census of Agriculture, carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), of the Organic Producers' Catalog of the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA) Brazilian Association of Agricultural Research (EMBRAPA), Agrarian Development and Rural Extension Agency (AGRAER), among others. In the absorption and use of theories and studies of important state and national authors, the considerable challenge that agroecological systems and ecosystem practices have faced in the medium and long term is understood. Historically, agroecology in MS is concomitant with the endogenous challenges of sustainable development, regarding the equitable alignment of economic growth, social and environmental well-being. Alongside the family agriculture social programs, agro-ecological initiatives in the state need to train local multipliers. Different government agencies have assumed this responsibility with medium- and long-term planning, raising the awareness of local actors and players of the potential of South-Mato Grosso's biodiversity, as well as strengthening sustainable initiatives. Although the agroecological transition in the State is considered recent, increasingly, the actors - organized civil society, public and private agencies - are involved in this evolutionary process that has been strengthening and enhancing the actions of the endogenous process in the region and joining the national scenario.

Keywords: Mato Grosso do Sul; Agroecology; Agroecological Transition; Participative Construction.

1. Introdução

A transformação da agricultura rumo à sustentabilidade está intimamente relacionada aos processos de mudanças na sociedade como um todo, premissa que não condiz com a simples substituição de insumos industriais – vinculados aos modelos da Revolução Verde – por insumos naturais, biológicos ou ecológicos, requerendo-se que vá muito mais além (MOREIRA; CARMO, 2004).

Diversos autores defendem que essa mudança nos padrões produtivos de alimentos está relacionada a uma corrente filosófica conhecida como agricultura multifuncional ou alternativa, para os quais a agricultura tem função social, acima daquela de produção de comida. Essa forma de praticar a agricultura é orientada pela agroecologia, a qual fornece bases científicas, conceitos, metodologias e princípios capazes de proporcionar um modelo de transição de uma agricultura convencional para uma agricultura mais sustentável, fundamentando-se em unidades de análises agroecossistêmicas. (ALTIERI, 2002).

Dessa forma, o objetivo primordial da transição agroecológica é a sustentabilidade, que se constitui na construção de conhecimentos e de alternativas tecnológicas que confirmem

mudanças de hábitos, resultantes de um processo de construção de novas formas de fazer a agricultura, com a utilização de princípios, métodos e tecnologias de base agroecológica. “Consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável” (BARBOSA, 2008, p. 10).

No atual cenário em que nos deparamos, há a figura de consumidores mais criteriosos, que buscam não somente consumir, mas principalmente, consumir produtos de qualidade e que não agrida ao meio ambiente. Busca-se nesse sentido uma alimentação saudável e que o processo produtivo seja sustentável. Saudável, entendida como aquela alimentação rica em frutas, verduras e legumes, por exemplo, isentos de aditivos químicos e equilibrados nutricionalmente; sustentável, no que se refere ao impacto proporcionado pela atividade em relação ao meio ambiente. (LOPES e COSTA, 2009). A qualidade dos alimentos é vista como um fator de segurança alimentar e nutricional que está relacionada não só com a quantidade suficiente produzida e acesso aos alimentos, mas também, à promoção do estado de saúde daqueles que os consomem (CABRAL et al., 2014).

No Brasil, tanto as experiências práticas como as reflexões teóricas sobre Agroecologia, tiveram um importante crescimento a partir da década de 80 e princípios dos anos 90, principalmente em decorrência dos trabalhos das Organizações Não-Governamentais (ONGs), cientistas extensionistas e professores, ligados historicamente, ao movimento de agricultura alternativa. Segundo Canuto (1998), a agroecologia apresenta-se no contexto brasileiro como mais uma forma de resistência contra a devastadora onda modernizadora (e conservadora) de expropriação completa dos agricultores familiares.

Deste modo, este trabalho analisa a formação histórica do processo da agroecologia no Mato Grosso do Sul e fomenta a discussão da conscientização necessária para a sociedade como um todo, somando esforços para a conquista de níveis crescentes de sustentabilidade ecológica, social e econômica. Contextualizando assim, a necessidade de problematizar a ideia do histórico e as contribuições das ações desse processo de transição agroecológica.

O artigo está estruturado em cinco seções, além da introdução e das considerações finais. A segunda seção contempla algumas definições sobre agroecologia e a trajetória no cenário brasileiro. A terceira seção aprecia a transição agroecológica no estado de Mato Grosso do Sul e insere o leitor na temática da agroecologia que vem sendo estruturada, bem como as implicações inerentes a esta dinâmica no estado. Na sequência, ressalta-se a construção

participativa do processo agroecológico no Estado. A quinta seção apresenta os materiais e métodos utilizados na presente pesquisa. Logo, a análises e discussões sobre o tema. Para a última seção, buscou-se descrever as considerações finais da proposta do presente estudo.

2. A Agroecologia no Cenário Brasileiro

A agroecologia, enquanto ciência surgiu no século XX, mais apropriadamente na década de 1970⁴, como alternativa que ganhava força com os sinais de esgotamento da agricultura moderna, a partir das evidências dos processos de degradação de solos e recursos hídricos, bem como da poluição do ar. Contudo, apesar de ser um termo que surgiu na mesma época que as diferentes correntes da agricultura alternativa⁵, não deve ser entendida como prática agrícola, mas sim como norteadora da adoção de práticas, processos e técnicas para empreender a produção de alimentos e não-alimentos para atender outras necessidades imediatas do ser humano, além de novas posturas nas relações com o meio ambiente e com o próximo. A agroecologia é uma ciência que busca o entendimento dos agroecossistemas⁶ complexos, bem como das diversas interações, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade nos sistemas agrícolas como base para produzir níveis de auto-regulação e, conseqüentemente, a construção de pilares no que tange a viabilização da sustentabilidade.

Na marcha por agroecossistemas sustentáveis, a agroecologia adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos, mesmo que sejam orgânicos ou naturais, mas também a conservação dos recursos naturais. Para tanto, os sistemas agroecológicos procuram potencializar a reciclagem de energia e nutrientes, como forma de minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos. Essa técnica é viabilizada com o desenho de sistemas produtivos complexos e diversificados que pressupunham a manutenção de policultivos anuais e perenes, associados ou não com a criação de animais. Com

⁴ “O uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura” (HECHT, 1989, p.25).

⁵ “O maior contribuinte intelectual à agroecologia foi o movimento em prol do meio ambiente nas décadas de 60 e 70. Assim como o ambientalismo foi absorvido pela agroecologia, algumas partes do discurso agroecológico com posições críticas sobre produção orientada passou à agronomia, aumentando a sensibilidade às altas taxas de exportação de recursos” (HECHT, 1989, p. 3).

⁶ “Um agroecossistema é um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola por exemplo – compreendido como um ecossistema. O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual pode-se analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção, e as interconexões que os compõem” (GLIESSMAN, 2000, p. 61).

a diversificação, estes sistemas tornam-se mais equilibrados por aumentarem a capacidade de absorver as instabilidades inerentes ao processo produtivo da agricultura (sobretudo as flutuações do mercado e climáticas), aumentando sua capacidade de autossuficiência.

“A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e sustentável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem e quando as plantas permanecerem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades. A agroecologia engloba orientações de como fazer isso, cuidadosamente, sem provocar danos desnecessários ou irreparáveis. Além da luta contra as pragas, doenças ou problemas do solo, o agroecologista ou agroecólogo, procura restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Se a causa da doença, das pragas, da degradação do solo, por exemplo, for entendida como desequilíbrio, então o objetivo do tratamento agroecológico é restabelecê-lo. O tratamento e a recuperação são orientados por um conjunto de princípios específicos e diretrizes tecnológicas”. (ALTIERI, 1998, p. 18-19)

A agroecologia reconquista esses conhecimentos em desuso pela agricultura predominante, e ao contrário do que muitos dos seus críticos afirmam, ao invés de representar um retrocesso, procura ultrapassar um desafio ao criar agroecossistemas sustentáveis que possuam características mais semelhantes quanto sejam possíveis, às de ecossistemas naturais (GLIESSMAN, 2000). Neste contexto, a agroecologia por meio de uma metodologia própria e identitária, tendo os agroecossistemas como unidade de estudo, procura compreender o funcionamento e o relacionamento dessas unidades, integrando princípios biológicos, ecológicos, agronômicos e socioeconômicos sob uma perspectiva sistêmica.

A produção em bases agroecológicas deve adotar técnicas que respeitem a natureza, que favoreçam a melhoria ambiental, respeitando os ecossistemas naturais e fortalecendo os agroecossistemas, tornando-os mais complexos, de forma que potencialize os processos naturais (fixação biológica de nitrogênio, ciclagem de nutrientes, produção local de materiais orgânicos, entre outros) e dessa forma estejam mais próximo das dinâmicas dos sistemas naturais (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, 2002).

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) define em seu estatuto (artigo 3º parágrafo único) a Agroecologia como ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico, que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as duas dimensões. Assim, reúne um conjunto de princípios, práticas e processos aplicados ao desenho e manejo de agroecossistemas

sustentáveis e a reestruturação do sistema agroalimentar com bases em concepções de sustentabilidade e justiça social.

Um dos problemas recorrentes a ser enfrentado no caminho do desenvolvimento sustentável, para Almeida (2009), se dá na relação entre produtividade e sustentabilidade na agricultura. A agroecologia busca que a agricultura viabilize a manutenção de produtividade através da redução de impactos ambientais, além disso, prevê retorno financeiro àqueles que a praticam e coadunam-se às necessidades sociais das populações rurais (ALMEIDA, 2009). “Há interesse geral em reintegrar uma racionalidade ecológica à produção agrícola, e em fazer ajustes mais abrangentes na agricultura convencional” (ALTIERI, 2009, p.20).

Na aplicação, Altieri (2009) enumera sete princípios aos quais podem compendiar a dinâmica da prática da agroecologia: 1) comunitária, complementados por programas de educação 2) resgate do conhecimento e tecnologias dos agricultores(as); 3) uso eficiente dos recursos da unidade produtiva (sociais e naturais); 4) aumento da diversidade vegetal e animal; 5) melhoria dos recursos naturais pela conservação e/ou regeneração; 6) redução do uso de insumos externos e; 7) fortalecimento da unidade produtiva de crise agrícola e ecológica mundial. O autor alerta que apesar do progresso tecnológico e consequente aumento da produção agrícola, a terra caminha para decadência. A agricultura tem sido praticada de forma muito intensiva, sem adotar métodos protecionistas, dando contínuas contribuições ao processo de degradação dos recursos naturais.

Caporal e Costabeber (2007) defendem a Agroecologia no campo da agricultura e sociedade, a qual incorpora técnicas, práticas e métodos cautelosos de respeito ao meio ambiente, mas também agrega sentimento social de respeito à agricultura. É importante compreender o conceito em dois horizontes: o primeiro, prescritivo e normativo, é posto pela superação do limite da agricultura e incorporação de aspectos que vão além do produtivo; quanto o segundo, é taxado de restrito, e compreende o “estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem no âmbito dos cultivos, o que traduz o enorme potencial de aplicação deste campo de conhecimentos para resolver questões tecnológicas na agricultura, favorecendo o desenho e a gestão de agroecossistemas sustentáveis” (CAPORAL e COSTABEBER, 2007, p. 88).

Inicialmente, o modo de vida do complexo rural era simples, com a predominância de apenas um produto por vez, os chamados ciclos agrícolas. Estes produtos eram destinados, sobretudo, ao mercado externo. Se o preço do produto estivesse em alta no mercado externo,

haveria uma maior intensificação de trabalho nas propriedades rurais para aumentar as exportações; e se o valor do produto sofresse uma queda no mercado lá fora, a produção recuava para atender o mercado interno (GRAZIANO, 1996).

O Brasil está se consolidando como um grande produtor e exportador de alimentos orgânicos, com mais de 15 mil propriedades certificadas e em processo de transição – 75% pertencentes a agricultores familiares. Segundo os últimos dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento (MAPA), a produção orgânica nacional está presente em mais de 22,5% dos municípios brasileiros. No entanto, esse crescimento é inferior à demanda pelos produtos. O quadro se agrava pelo fato de que 70% da produção são exportadas para a Europa. Assim, segundo o Planeta Orgânico (2010), o Brasil é o país que apresenta o maior potencial de produção orgânica do mundo, uma vez que possui 90 milhões de hectares agricultáveis, além das áreas de produção convencional que migram para a agricultura orgânica de forma crescente. Na Tabela 1, está relacionado o número de estabelecimentos que praticam a agricultura orgânica por região, certificada e não certificada e o total de propriedades orgânicas.

Tabela 1. Estabelecimentos agrícolas brasileiros, por regiões, que praticam a agricultura orgânica certificada e não certificada.

Regiões	Total de estabelecimentos	Agricultura orgânica	Certificada	Não certificada
Brasil	5.175.489	90.497	5.106	85.391
Norte	475.775	6.133	351	5.782
Rondônia	87.077	927	135	792
Acre	29.482	485	15	470
Amazonas	66.784	1.211	20	1.191
Roraima	10.310	64	1	63
Pará	222.028	2.362	136	2.226
Amapá	3.527	29	-	29
Tocantins	56.567	1.055	44	1.011
Nordeste	2.454.006	42.236	1.218	41.018
Maranhão	287.037	3.256	77	3.179
Piauí	245.378	3.712	79	3.633
Ceará	381.014	4.865	167	4.698
Rio Grande do Norte	83.052	2.266	95	2.171
Paraíba	167.272	3.362	58	3.304
Pernambuco	304.788	6.425	208	6.217
Alagoas	123.331	2.117	40	2.077
Sergipe	100.606	1.039	41	998

Bahia	761.528	15.194	453	14.741
Sudeste	922.049	18.715	1.366	17.349
Minas Gerais	551.617	12.910	641	12.269
Espírito Santo	84.356	1.466	152	1.314
Rio de Janeiro	58.482	968	122	846
São Paulo	227.594	3.371	451	2.920
Sul	1.006.181	19.275	1.924	17.351
Paraná	371.051	7.527	909	6.618
Santa Catarina	193.663	3.216	353	2.863
Rio Grande do Sul	441.467	8.532	662	7.870
Centro-Oeste	317.478	4.138	247	3.891
Mato Grosso do Sul	64.862	753	31	722
Mato Grosso	112.978	1.619	79	1.540
Goiás	135.683	1.605	113	1.492
Distrito Federal	3.955	161	24	137

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

De acordo com o IBGE (2006), no Brasil, 90.497 estabelecimentos agrícolas praticam a agricultura orgânica, seja cultivada ou extrativista. A maioria dos estabelecimentos, 94,35% que produz orgânico, o faz sem certificação por entidades credenciadas. Dentre as regiões que concentram o maior número de propriedades que praticam a agricultura orgânica, está o Nordeste com 42.236 propriedades, sendo o Estado da Bahia reúne 15.194 propriedades das quais apenas 453 são certificadas por entidade credenciada. Em Mato Grosso do Sul dos 64.862 estabelecimentos, somente 753 correspondem a estabelecimentos enquadrados como orgânicos.

Com efeito, é importante salientar que o estado de Mato Grosso do Sul tem uma história recente de organização e produção em bases agroecológicas (PADOVAN et al, 2009). No período de 1999 a 2002, o governo do estado coordenou um diagnóstico para verificar a situação no estado, e implementou diversas ações de apoio ao desenvolvimento da agroecologia, envolvendo diferentes segmentos ligados à agricultura familiar, que possuíam uma estrutura minimamente organizada em prol à produção orgânica. A partir da mobilização dos agricultores familiares em processo transitório de produção convencional para a agroecológica, passaram a surgir diferentes frentes de associações de agricultores orgânicos, objetivando o fortalecimento da produção em bases agroecológicas no estado.

3. Transição agroecológica: avanços e desafios em Mato Grosso do Sul

A conjuntura econômica sul-mato-grossense sempre se destacou no contexto do agronegócio. Atualmente, a dinâmica se caracteriza pela extensa e intensa produção de grãos (soja e milho), sendo considerado nesse sentido, um dos grandes celeiros brasileiros dessas culturas devido ao fortalecimento das fronteiras agrícolas, bem como outros programas de incentivos, conforme afirmam Missio e Vieira (2014) ao longo de sua conjuntura histórico-econômica e social de formação. Frente ao contexto numérico e de representatividade da participação do estado de Mato Grosso do Sul no cenário agrícola, foram produzidas internamente um total de 9.727,809 toneladas de milho e um montante de 7.305,608 toneladas de soja segundo dados do IBGE extraídos do Censo Agropecuário somente no ano de 2015⁷.

Frente ao pressuposto, pode-se considerar que anterior ao processo emancipatório da região sul do antigo Mato Grosso, no ano de 1977 pela Lei complementar nº 31,⁸ as incursões já estavam voltadas para a exploração e ao dimensionamento agrícola por migrantes gaúchos e sulistas, os quais incentivados por políticas facilitadoras do governo Getúlio Vargas nas décadas de 1930 a 1945, fortaleceram o objetivo central da proposta denominada “*Marcha para o Oeste*”. Tal proposta estava pautada sobre o prisma econômico e de produção escalar, tornando o sul de Mato Grosso um atrativo àqueles – principalmente gaúchos – que buscavam terras férteis, planas e baratas para a exploração agrícola. FACHIN (2015) corrobora nesse sentido enfatizando que as políticas adotadas anteriores à *Marcha para o Oeste* eram de favorecimento aos latifundiários, apoiadas pelos governos estaduais e com respaldo do poder central, favorecendo dessa maneira a regularização de terras aos grandes proprietários em detrimento dos pequenos.

Durante os períodos marcados pela tentativa de reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul, a partir do ano de 1923 com a destinação de 50.000 hectares de terra no município de Ponta Porã e posteriormente com a criação do município de Dourados no ano de 1935 – no qual já se pensava também na destinação de terras para o manejo familiar –, somente se tornou efetiva a referida reforma com a criação da CAMD (Colônia Agrícola Municipal de

⁷ Produtos da Lavoura Permanente – Soja e Milho em grãos/toneladas. IBGE Produção Agrícola Municipal. (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>).

⁸ Após um estudo detalhado, o então “Presidente Ernesto Geisel encaminhou ao Congresso o referido projeto de Lei, criando o estado de Mato Grosso do Sul com a capital em Campo Grande no ano de 1977”, delimitando o recorte territorial e assim o desmembramento da região sul do Antigo Mato Grosso. (GRESSLER e VASCONCELOS, 2005, p. 75).

Dourados)⁹. Os terrenos divididos em lotes de no máximo 50 ha, só eram concedidos a famílias – nacionais ou estrangeiras – que já se dedicavam à profissão agrícola –, proibindo queimadas e retiradas de madeiras se não fosse para uso próprio da família assentada (GRESSLER e VASCONCELOS, 2005; FACHIN, 2015).

Pode-se considerar nesse sentido, que de forma gradativa o manejo e conformidades de atividades agroecológicas, nos moldes já citados, sempre foram desafiadores no Mato Grosso do Sul, muitas vezes perdendo seu espaço regionalmente, ficando concentrada apenas em pequenas propriedades e destinando-se a produção única e exclusivamente para a subsistência de famílias e aglomerados locais na época. Até os anos de 1900, a agricultura que predominava na região sul do Mato grosso sempre foi a de subsistência, Tresler e Vasconcelos (2005) afirmam que os cultivos eram principalmente o milho, mandioca, feijão, arroz, amendoim, algodão e algumas frutas. Nesse aspecto, o convívio harmonioso e de interação responsável com a natureza se fazia presente, inserindo de forma sustentável o manejo consciente do solo, água e minerais conforme pressupõem a dinâmica agroecológica atualmente. Tresler e Vasconcelos (2005) corroboram ressaltando ainda que o trabalho na lavoura era de grande parte manual ou com tração animal, e os produtos colhidos – sem utilização de produtos químicos – eram trocados entre os pequenos agricultores.

A maior independência de fatores exógenos nos sistemas agroecológicos é uma das premissas das práticas de manejos sustentáveis da terra e dos recursos naturais almejados atualmente. A conjuntura histórica do MS apresenta estas premissas quando se observa até a década de 1930 a predominância de uma agricultura tradicional e equitativa *in loco*. Este contexto repousa no pensamento assertivo de (ALTIERI, 1991, p. 2), o qual afirma que “[...] *los sistemas de agricultura tradicional han surgido a través de siglos de evolución biológica y cultural, y representan experiencias acumuladas de interacción entre el ambiente y agricultores sin acceso a insumos externos, capital o conocimiento científico.*” Este direcionamento histórico e formacional da região passam a ceder espaço para a agricultura convencional, fazendo com que muitas vezes o entendimento presente na relação homem x terra se torne artificial e mercantilista como ocorre em todo o mundo.

⁹ “Com a criação do município de Dourados, em 1935, desmembrado do município de Ponta Porã, esta área passou a integrá-lo com o nome de Colônia Agrícola Municipal de Dourados, que mais tarde deu a origem ao município de Itaporã” (GRESSLER e VASCONCELOS, 2005, p. 104).

Os processos e fatores desenvolvimentistas são de certa forma, inevitáveis ao contexto produtivo, principalmente na dinâmica econômica que está inserido o agronegócio. A conjuntura produtiva e agropecuária sul-mato-grossense é exemplo de um acelerado sistema de mudanças técnico-científicas no campo, corroborando por sua vez a certo imediatismo mercadológico. Sevilla Guzmán e Woodgate (1997) afirmam que muitas das teorias sociológicas da vida rural apresentaram necessidades de introduzir tecnologias agropecuárias e florestais ao manejo tradicional. Vê-se nesse aspecto a ruptura de uma agricultura como forma de vida a outra, vinculada aos ditames do mercado, em que os recursos naturais perdem a essência dos seus valores para toda a sociedade e passam a ser explorados seguindo-se preceitos norteados únicos e exclusivamente pelos interesses de negócios, prevalecendo assim a busca do lucro pelo lucro.

As diretrizes da chamada “Revolução Verde”¹⁰ inseriram o estado de Mato Grosso do Sul na corrida agrícola extensiva – de viés econômico, mercantilista e intensiva –, colocando à margem as políticas e ações governamentais voltadas às pequenas propriedades, onde encontram-se os agricultores de base familiar, indígenas e quilombolas¹¹. Nesse sentido, Luzzi (2007) afirma que são imposições produzidas pelo setor industrial que estão fora do domínio dos agricultores tradicionais, com diferenças principalmente na otimização dos recursos locais, na diversificação dos sistemas produtivos e no entendimento dos ciclos ecológicos da natureza.

3.1 iniciativas agroecológicas em MS e os paradigmas junto ao agronegócio

A proposta agroecológica, apresentada ao enfrentamento do modelo hegemônico atual no uso da terra, constitui-se de bases extremamente fortes e enraizadas no modelo assertivo do equilíbrio natural da água, do ar, da terra e da biodiversidade. *“Fue esta práctica pluriepistemológica, utilizando metodologías participativas quien demostró la impotencia de la ‘ciencia convencional’ para resolver los problemas ecológicos y medioambientales que la*

¹⁰ Espécie de “Pacote Agrícola Mundial” que se originou nos EUA a partir da década de 1950, estrutura-se pela invenção e disseminação de sementes modificadas, máquinas, insumos e defensivos de grandes multinacionais para a prática de produção em larga escala e para fins mercadológicos, podendo ser utilizados em agroecossistemas bastante diferenciados. (LUZZI, 2007, p. 10)

¹¹ Em Mato Grosso do Sul existem comunidades remanescentes de antigos quilombos. Povoamento de povos africanos que vieram para o Brasil como escravos. Atualmente estas famílias estão localizadas em farnas como a de Dourados, Nioaque, Campo Grande entre outras cidades. Atualmente o maior aglomerado quilombola se encontra no município de Jaraguari com um total de 92 famílias. (<http://www.cpisp.org.br/terras>).

agricultura industrializada generaba el sistema agroalimentario global” (SEVILLA GUZMÁN, 2015, p. 353).

Com intuito de apoiar alternativas sustentáveis, utilizando-se de manejo ecológico de agroecossistemas, contrários à hegemonia do atual cenário agrícola, diferentes ações e iniciativas voltadas à produção e manejo agroecológico foram adotadas no estado, com pouca intervenção do setor público ou com apoio aquém do necessário conforme afirmam Padovan et al. (2009). Os autores reiteram ainda que, o antigo Idaterra¹² (atualmente AGRAER)¹³ esteve à frente na articulação de diversas atividades coletivas, destacando-se a realização de seminários regionais em todo o MS, atingindo em torno de 1.000 pessoas . Também foram realizados cursos de agroecologia para a formação de técnicos e agricultores-multiplicadores; viagens técnicas para outros estados, para visitar experiências exitosas; formações de associações e feiras de produtos agroecológicos/orgânicos.

As discussões em torno do tema e, principalmente, voltadas à responsabilidade ambiental e consciência agroecológica, ganharam impulso a partir do ano de 1999 com a criação do Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia¹⁴, porém seu reconhecimento e formalização só aconteceram no ano de 2001, conforme afirmam Padovan et al. (2005) com a soma de esforços de entidades como Federação dos Trabalhadores em Agricultura (FETAGRI), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

As ações nesse sentido se mantiveram ainda em fortalecimento ao longo dos anos, alguns dos exemplos ou iniciativas é a criação do Agroecol (Seminário de Agroecologia da América Latina) que na segunda edição na cidade de Dourados-MS no ano de 2016 contou com a parceria da Embrapa Agropecuária Oeste e de outras entidades como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (AGRAER). A

¹² Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.

¹³ Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. Criada pela lei nº 3.345, de 22 de dezembro de 2006. – Estimulam ações de definição das políticas e a coordenação das atividades de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e outros serviços ligados ao desenvolvimento e ao aprimoramento, da agricultura e pecuária, destinadas aos produtores rurais, com prioridade para os agricultores familiares: agricultores tradicionais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores e aquiculturas.

¹⁴ O Programa compreendia um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a coordenação do Idaterra, com o objetivo de "promover a reflexão para uma nova práxis social, ambiental, econômica e tecnológica dos agentes envolvidos no desenvolvimento rural, buscando contextos de sustentabilidade, equidade social, desenvolvimento cultural e de qualidade de vida para a agricultura familiar de MS" (PADOVAN, 2005, p. 122).

Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia (SOCLA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA Agroecologia), Fórum Brasileiro de Educação do Campo (Fonec), Comissão Estadual de Produção Orgânica de Mato Grosso do Sul (CPorg-MS) e Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais (SBSAFs)¹⁵. Consciência ambiental, redução das dependências exógenas e fortalecimento das competências e potencialidades endógenas se destacam como resultados das forças somadas pelas entidades supracitadas, nisto, Padovan et al. (2016) afirmam que a grande diversidade de atividades desenvolvidas nesses eventos, contribuíram no despertar e na sensibilização junto a formação de um número bastante importante de pessoas em práticas agroecológicas, corroborando nesse sentido, na diminuição do desconhecimento e correta utilização dos recursos naturais.

Não obstante, os paradigmas exógenos e forças somatórias para a articulação e fortalecimento do local não são de todo um problema, o endógeno nesse sentido, não pode ser visto como algo estanque que rechaça o externo, afirmam Sevilla Guzmán e Woodgate (1997). Com efeito, o estado de Mato Grosso do Sul se faz, ainda, bastante dependente de fatores externos desde o início do desenvolvimento de ações minimamente organizadas envolvendo a agroecologia, com direcionamentos e influências externas – incorporando ao endógeno – por parte das instituições estaduais e regionais. Essa busca de assimilação de qualidade de vida e autodefinição ocorrem “*Only when the external does not attack the local identities [...]*” (SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 1997, p. 128).

Os avanços em nível estadual ainda são bastante tímidos, porém expressivo no âmbito do fortalecimento e estímulo das potencialidades produtivas locais – fato identificado em grande parte em todo o país. Frente à conjuntura nacional da proposta agroecológica para nortear a produção de alimentos, o estado de Mato Grosso do Sul vem experimentando e descobrindo novas formas de uso dos recursos naturais, de maneira mais consciente e responsável. Conforme consta na tabela 2, os municípios de Campo Grande e Ponta Porã possuem maior diversidade de produtos orgânicos devidamente certificados em todo o estado, um dos fatores que corroboram para essa expressividade são os assentamentos localizados nesses municípios, que possuem grande participação da agricultura familiar estruturada conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006¹⁶.

¹⁵ Fonte: (<http://www.agraer.ms.gov.br>).

¹⁶ Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Entre outras diretrizes determina o

Tabela 2 – Propriedades Certificadas no MS e seus principais produtos.

Município	Qtde/Propriedades Certificadas	Principais Produtos
Campo Grande	94	Milho; mandioca, aipim ou macaxeira (raiz); acelga; brócolis; chicória, chicória-de-folha-crespa, chicória-de-folha-lisa; couve, couve-mineira, couve-crespa ou couve-manteiga; couve-flor; rúcula ou pinchão; alface; almeirão ou chicória-amarga (witloof); pimentão; quiabo; tomate rasteiro; berinjela; jiló; pepino (fruto); rabanete; beterraba; cenoura; milho verde ou doce mesmo em espiga; abacaxi ou ananás; banana; outras hortaliças folhosas ou de talo, não especificadas.
Ponta Porã	15	Algodão, milho; mandioca, aipim ou macaxeira (raiz); brócolis; couve, couve-mineira, couve-crespa ou couve-manteiga; repolho; alface; pimentão; quiabo; tomate estaqueado; abobrinha; berinjela; chuchu; batata-doce (raiz); beterraba; mamão; banana; laranja - lima, pêra, da terra, etc.
Ribas do Rio Pardo	14	Não especificado até a referida pesquisa
Terenos	12	Mandioca, aipim ou macaxeira (raiz); maracujá; algodão.
Dourados	10	Limão; pupunha (palmito); tangerina - ponkan, mexerica, bergamota, etc.; uva
Nioaque	6	Feijão fradinho, caupi, de corda ou macaçar (vigna unguiculata); feijão comum; couve, couve-mineira, couve-crespa ou couve-manteiga; alface; almeirão ou chicória-amarga (witloof); abóbora ou jerimum; quiabo; tomate estaqueado; tomate rasteiro; abobrinha; berinjela; chuchu; pepino (fruto); cebola; cebolinha (folha); outros produtos de exploração florestal não especificados; coco-da-baía; limão; mamão; melancia; banana; laranja - lima, pêra, da terra, etc.
Bonito	2	Cana-de-açúcar; mandioca, aipim ou macaxeira (raiz); couve, couve-mineira, couve-crespa ou couve-manteiga; couve-flor; rúcula ou pinchão; alface; pimentão; tomate estaqueado; tomate rasteiro; beterraba; cenoura; cebolinha (folha); abacate; abacaxi ou ananás; goiaba; acerola ou cereja-das-antilhas; mamão; manga; maracujá; melancia; outras frutíferas não especificadas.
Glória de Dourados	1	Café (em grão) - exceto torrado, moído ou descafeinado; mandioca, aipim ou macaxeira (raiz); quiabo; abobrinha; abacate; goiaba; manga; tamarindo; banana; laranja - lima, pêra, da terra, etc.
Itaquiraí	1	Milho; feijão comum; mandioca, aipim ou macaxeira (raiz); acelga; couve, couve-mineira, couve-crespa ou couve-manteiga; repolho; alface; quiabo; tomate estaqueado; abobrinha; outras hortaliças de fruto não especificadas; outras hortaliças tuberosas e raízes não especificadas; rabanete; beterraba; cenoura; abacaxi ou ananás; outras hortaliças folhosas ou de talo, não especificadas
Jaguari	1	Não especificado até a referida pesquisa
Mundo Novo	1	Mandioca, aipim ou macaxeira (raiz); pimentão; quiabo; tomate estaqueado; abobrinha; berinjela; jiló; outras hortaliças de fruto não especificadas; outras hortaliças para grãos e vagens não especificadas; milho verde ou doce mesmo em espiga; abacaxi ou ananás; acerola ou cereja-das-antilhas; limão; mamão; maracujá; banana

dimensionamento e as características básicas para o enquadramento da propriedade e da produção como sendo de origem e manejo familiar. Fonte: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)

Naviraí	1	Milho; arroz; feijão comum; café (em coco); mandioca, aipim ou macaxeira (raiz); brócolis; chicória, chicória-de-folha-crespa, chicória-de-folha-lisa; couve, couve-mineira, couve-crespa ou couve-manteiga; agrião; couve-flor; espinafres (comum, da nova zelândia, etc); repolho; rúcula ou pinchão; alface; almeirão ou chicória-amarga (witloof); pimentão; quiabo; tomate estaqueado; tomate rasteiro; berinjela; chuchu; rabanete; beterraba; cenoura; camomila (flores para infusão); cebola; cebolinha (folha); hortelã-pimenta ou menta (folha); alecrim (flor e folha); salsa; bezerras (vitelas); vaca (seca); vaca em lactação; bezerros (vitelos); novilhas (de 1 a menos de 2 anos), exceto precoce; novilhos (de 1 a menos de 2 anos), exceto precoce; touro; mamão; banana
Rio Negro	1	Feijão fradinho, caupi, de corda ou macaçar (<i>Vigna unguiculata</i>); milho; abóbora ou jerimum; maracujá.
Rochedo	1	Carnes frescas ou refrigeradas de bovinos; carnes congeladas de bovinos.
Total	160	-

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), atualizado até 30/06/2017.

O estado de Mato Grosso do Sul possui 41.104 estabelecimentos (propriedades) inseridos no contexto da agricultura familiar, ocupando área de 1.190,206 hectares¹⁷. No que tange a composição total de assentamentos rurais no estado, o INCRA destaca uma distribuição de 716.105,53 hectares de terras para 27.826 famílias¹⁸ assentadas. São dados expressivos frente à potencialidade do estado em manter o ritmo integrativo e de transição para uma agricultura sustentável, em bases ecológicas.

Concomitantemente, o estado de Mato Grosso do Sul busca estimular essa particularidades com programas voltados à aquisição e apoio junto à produção familiar e orgânica. Destacam-se nesse sentido o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), criado em 2003, o programa é uma ação do governo federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, em contrapartida, fortalecer a agricultura familiar, e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que tem sua diretriz legal na Lei nº 11.947 de 2009, preconiza que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades¹⁹. Contudo, é certo que o estado ainda possui um longo caminho a percorrer, principalmente no que tange o uso de produtos químicos no manejo e no cultivo da terra.

¹⁷ Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

¹⁸ Fonte: INCRA – Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária no MS. (<http://painel.incra.gov.br/sistemas>).

¹⁹ O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o caráter participativo da comunidade no desenvolvimento local. Fonte: (<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>).

Para Santos et al. (2012), a desinformação, que muitas vezes são reflexos da pouca ação dos poderes públicos e de instituições vinculadas ao monitoramento das propriedades, levam as famílias à utilização de agrotóxicos no sistema produtivo. Os autores ressaltam ainda que os agricultores de base familiar possuem grandes desafios a serem superados, pois a maioria já possui alguns hábitos que contribuem para o uso sustentável dos recursos naturais, porém “identifica-se a necessidade de orientações técnicas capazes de aliar novos conceitos aos saberes já existentes” (SANTOS et al., 2012, p. 5).

4. Construção Participativa dos Movimentos Sociais em prol da Agroecologia

A divulgação da Agroecologia e da produção orgânica no estado de Mato Grosso do Sul, atrela-se a duas dinâmicas concebidas a partir de 1998, uma no âmbito do Governo do Estado, protagonizadas por entidades governamentais de assistência técnica e extensão rural, pesquisa, universidades, secretarias de estado e outros entes públicos; e a outra foi construída por organizações de agricultores e movimentos sociais (PADOVAN et al., 2009). Os autores salientam que essas iniciativas interagiram e se complementaram em vários momentos, o que contribuiu e garantiu diversas conquistas em prol da Agroecologia, porém de forma tímida, em relação ao que se esperava alcançar naquele momento.

Por sua vez, as iniciativas da sociedade civil, na Região da Grande Dourados ganham relevância a partir de 1998, quando no município de Glória de Dourados, emerge o primeiro movimento de produtores de base familiar visando estabelecer novas práticas nos processos produtivos, uma vez que despertaram sobre a importância de produzir sob novas técnicas que assegurassem a saúde das famílias, viabilidade econômica e a conservação e melhoria ambiental (KOMORI et al., 2010). Assim, um grupo de agricultores, associados a um processo de formação organizacional, no ano de 2000, optou-se pela formalização, criando-se a APOMS²⁰, com sede no município de Glória de Dourados.

Destaca-se, também, a criação do Núcleo de Agroecologia de MS, em 2001, o qual foi formado por representantes de entidades públicas (federal e estadual); de organizações de produtores, como a APOMS, como exemplo; de movimentos sociais, entre outros. Refere-se a um fórum interinstitucional informal para facilitar as interações entre as diferentes entidades e

²⁰ Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul.

movimentos sociais que possuía algum envolvimento com a Agroecologia e a produção orgânica (PADOVAN et al., 2009).

Komori et al. (2007) ressaltam as várias ações implementadas, com destaque o 1º Seminário de Agroecologia do Mato Grosso do Sul, realizado em Campo Grande (capital do Estado) no mês de novembro de 2002, com a participação de aproximadamente 700 pessoas, representando mais de 50 entidades, organizações de agricultores e movimentos sociais.

No ano de 2010 teve início na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, no município de Glória de Dourados, o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, como resposta a uma demanda de vários grupos ligados ao setor agroecológico e ao colegiado do Território da Grande Dourados. Algumas disciplinas do curso foram criadas especificamente com o objetivo de tratar sobre a questão da certificação participativa, ou seja, os “sistemas participativos e comércio justo e solidário” (PADOVAN, 2016). As dificuldades encontradas na estruturação do curso dialogam com a própria trajetória da agroecologia na educação profissional. Para Souza Pinto (2014), o curso apresenta grande potencial e uma demanda que reflete a sua importância para formação de quadros para atender o anseio da sociedade em consolidar uma proposta de produção agroecológica.

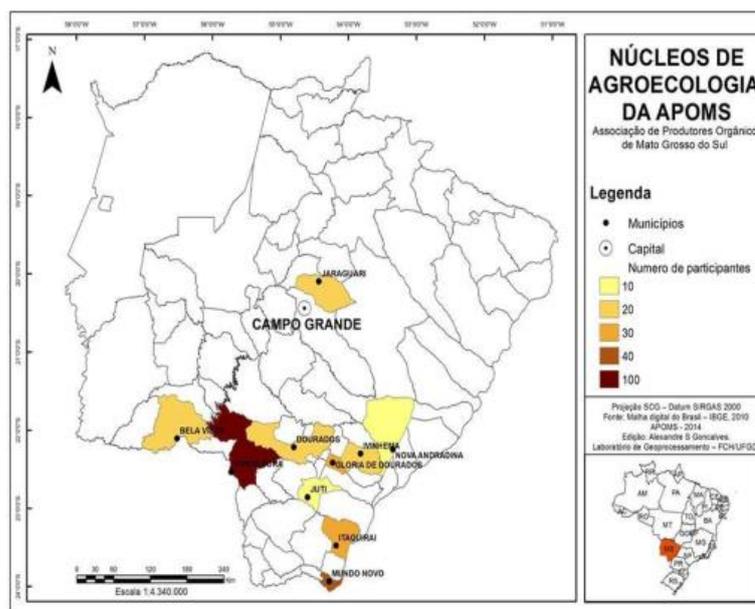
A partir daí, realizaram-se muitas ações: seminários locais, regionais, cursos para fomentar a agroecológica no estado. Mantendo-se a APOMS ativa e atuando em prol da Agroecologia e da produção orgânica. No ano de 2013 a entidade cadastrou-se no MAPA²¹ como um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC), para atuar na certificação da produção orgânica em nível estadual. Ressalta-se a importância dessa entidade para a agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul, na tentativa de ampliar e garantir direitos a agricultores que optaram pela produção orgânica (PADOVAN, 2016).

Ao longo do tempo, a APOMS pautou-se não somente em preceitos agroecológicos para orientar a produção de alimentos saudáveis de seus associados e melhoria do meio ambiente, como também na edificação de outros pilares em prol do desenvolvimento sustentável, incluindo-se o comércio justo e a economia solidária (APOMS, 2015). Atualmente a Rede de Agroecologia APOMS está organizada em dez Núcleos Regionais de produção (Figura 1) com dezenove grupos produtivos, abrangendo agricultores familiares tradicionais, assentados da

²¹ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

reforma agrária, uma comunidade indígena e uma comunidade quilombola, sendo aproximadamente 170 famílias atendidas por ações do projeto (APOMS, 2015).

Figura1 - Mapa do estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para localização dos núcleos produtivos da APOMS.



Fonte: (PADOVAN, 2016).

Algumas parcerias no estado de Mato Grosso do Sul ajudaram a avançar significativamente no processo de Sistema Participativo de Garantia - SPG²², sendo: Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Embrapa Agropecuária Oeste (CPAO), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através de seminários, cursos, orientações técnicas e eventos envolvendo os agricultores agroecológicos e em processo transitório inseridos na APOMS (KOMORI et al., 2012). Ainda, a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD tem ajudado através de projetos de extensão, inclusive por meio de formação com programa de pós-graduação.

Campanhola e Valarini (2001) evidenciam a grande importância da agricultura familiar em processos de produção em conformidade com princípios agroecológicos, contudo há necessidade de aperfeiçoar o acesso ao crédito e às políticas públicas de incentivo à produção

²² Os Sistemas Participativos de Garantia – SPG são grupos formados por produtores, consumidores, técnicos e pesquisadores que se auto-certificam, ou seja, estabelecem procedimentos de verificação das normas de produção orgânica daqueles produtores que compõem o SPG.

orgânica. Os autores também salientam que nos últimos anos há grande demanda de consumo por produtos orgânicos e a agricultura familiar brasileira está mais apta para atender essa demanda. Com efeito, outro aspecto importante destacado por Castro Neto et al. (2010), é que nas últimas décadas está havendo crescente preocupação dos consumidores quanto à utilização de agrotóxicos, sendo a maioria nocivos à saúde humana e negativamente de grande impacto ao meio ambiente.

Neste contexto, mesmo sendo recente a história de organização e produção em bases agroecológicas no estado de Mato Grosso do Sul, verifica-se um engajamento participativo da sociedade civil, com os órgãos públicos e privados, a partir da mobilização de diversos atores empenhados em melhorar a conscientização e qualidade de vida das pessoas por meio da aplicação da ciência apresentada pela agroecologia.

5. Materiais e Métodos

A presente pesquisa tem como finalidade ampliar os debates a respeito da importância da agroecologia e do histórico deste processo no estado de Mato Grosso do Sul.

Destaca-se como análise de caráter exploratório, o que exige uma postura metodológica qualitativa, de natureza sociológica e agroecológica, justificando e remetendo-nos na busca de perspectivas e oportunidades de novas indagações.

A investigação exploratória, segundo Vergara (2004) é indicada em área onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. A pesquisa descritiva:

Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (SILVA; MENEZES, 2001, p. 21).

Quanto aos procedimentos, está baseada em pesquisa bibliográfica, utilizando dados secundários de órgãos oficiais como MAPA, EMBRAPA, AGRAER, entre outros. Conforme Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza através da análise de:

Registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

6. Análise e Discussões

Os fundamentos que serviram de base teórica para este estudo evidenciaram que o tema da Transição Agroecológica é relativamente novo no estado, contextualizado e multidimensional.

Mato Grosso do Sul possui em seu contexto histórico, de importantes desafios à agroecologia e a geração de sistemas agrícolas mais sustentáveis conforme se destacou no presente estudo. As intenções e as ações em todo o estado prevalecem nas mãos daqueles que compreenderam que os recursos naturais são finitos e necessitam de um olhar criterioso por parte dos agentes públicos, no intuito de fomentar e estimular uma agricultura alternativa, que além de gerar emprego e renda, coloque na mesa das famílias, produtos mais saudáveis e responsáveis com as gerações futuras.

Percebe-se que a conjuntura foi resultado da intenção que estava por trás da ocupação e formação histórica do estado, privilegiando os latifúndios e a ideologia da Revolução Verde, mas que com o despertar da consciência de alguns atores busca novas metodologias para desenvolver uma agricultura mais equilibrada e viável.

Foi possível compreender a dinâmica histórica da evolução da agroecologia no estado do Mato Grosso do Sul, analisando a evolução dessa construção participativa e suas contribuições bem como instigando novos debates sobre o tema que continua em marcha na caminhada pela sustentabilidade e segurança alimentar.

7. Considerações Finais

Em âmbito nacional, as críticas iniciais ao padrão tecnológico moderno ganharam força no final da década de 1970, aliada a forte conjuntura política e econômica que tornaram bastante claros os altos custos das tecnologias consideradas modernas e os impactos sociais e ambientais ao modelo tradicional que influenciaram diretamente a equidade entre homem x terra. Este movimento denominado fortemente como agricultura alternativa vem ganhando seu espaço gradativamente em todo o Brasil.

Duas vertentes se destacam como impulsionadoras da geração dos agroecossistemas sobre o prisma do desenvolvimento sustentável, primeiramente àquela que possui um olhar responsável sobre os recursos naturais existentes e sua correta utilização frente à hegemonia do modelo agrícola convencional, que de forma intensa, faz uso de produtos químicos (agrotóxicos

e outros insumos industriais) danosos ao meio ambiente e a saúde humana. Da mesma forma existem àqueles que buscam o resgate tradicional e sociocultural do envolvimento do homem com a terra, dinamizando e resgatando o modelo tradicional da agricultura, respeitando o ecossistema e entendendo de forma sustentável os ciclos naturais do solo, do ar, da água e da biodiversidade.

Dessa forma, concomitante com os programas sociais da agricultura familiar, as iniciativas agroecológicas no MS necessitam da formação e da implementação de multiplicadores locais. Diferentes órgãos governamentais como a AGRAER, INCRA, UEMS, EMBRAPA entre outros, vem assumindo essa responsabilidade com planejamentos de médio e longo prazo, conscientizando os agentes e atores locais das potencialidades da biodiversidade sul-mato-grossense, bem como no fortalecimento de iniciativas sustentáveis. Contudo, torna-se fundamental uma aliança efetiva entre o poder público, movimentos sociais e as organizações de agricultores familiares adotarem a agroecologia no estado como fator estratégico no desenvolvimento local e no fortalecimento das famílias no campo, ampliando junto a estes, o conhecimento já existente.

7. Referências

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural _ MS. Portaria Conjunto AGRAER/SAD n.1 de 15 de Fevereiro de 2008. Regimento Interno. Em (<http://www.agraer.ms.gov.br>).

ALMEIDA, J. Apresentação: Por um novo sentido à prática da agricultura. In: ALTIERI, M. (ed.). **Agroecologia: dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 1-9.

ALTIERI, Miguel A. ¿Por qué estudiar la agricultura tradicional? Revista de CLADES Numero Especial 1 - **División de Control Biológico** -Universidad de California, Berkeley, 1991.

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002, 592 p.

_____. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2 ed. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2009, 210 p.

_____. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.) **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. Ed. Editora da UFRGS, 2009, p. 33-55.

_____. **Agroecologia: dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

- ASSIS, Renato Linhares de. Agroecologia: visão histórica e perspectivas no Brasil. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável** / editores técnicos, Adriana Maria DE AQUINO, Renato Linhares de ASSIS. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. BARBOSA, G. S. Desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Visões 4ª edição, nº4, v.1 – jan./jun.: RJ. 2008.
- CABRAL, C.S.; LOPES, A.G.; LOPES, J.M.; VIANNA, R.P.T. Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudo de corte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2001. **Caderno Saúde Pública**, v.30, 2014.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, nº 3, p. 69-101, 2001.
- CANUTO, J. C. **Agricultura Ecológica em Brasil: Perspectivas Sócio ecológicas**. 200 p. Tese de Doutorado – Instituto de Sociologia Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba – Espanha, 1998.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Brasília, MDA: SAF, 2007.
- CASTRO NETO, N. C.; DENUZI, V. S.; RINALDI, R. N.; STADUTO, J.A. R. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. **Revista Percorso - NEMO**, v. 2, n. 2, p. 73-95, 2010
- COSTABEBER, José Antônio. **Transição agroecológica: rumo à sustentabilidade. Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 3, nº. 3, out., 2006.
- FACHIN, Viviane Scalon. **Os processos de ordenamento de terras no extremo sul de Mato Grosso e de reordenamento de Mato Grosso do Sul**./Viviane Scalon Fachin. Tese (Doutorado em História) Orient^a. Prof.^a Dra. Alzira Salete Menegat – Dourados, MS: UFGD, 2015. 230f.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia – Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 653p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. UNICAMP. IE, 1996. Campinas, São Paulo.
- GRESSLER, L. A.; VASCONCELOS, L. M. Mato Grosso do Sul: **Aspectos históricos e geográficos**. 1ª edição, L. Gressler – Dourados, 2005.
- HECHT, S. B. A Evolução do Pensamento Agroecológico. In: ALTIERI, M. (Ed.). **Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. p. 25-41.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Disponível em < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf > acesso em: 15 jun. 2017.
- KOMORI, O. M.; PADOVAN, M. P.; RANGEL, M.A. S.; LEONEL, L. K. Núcleo de Agroecologia de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.
- KOMORI, O. M.; SOUZA, P. L. de; PEDROSA, R. A.; XAVIER, C. P. Rede de Agroecologia MS: Núcleo Glória de Dourados. **Cadernos de Agroecologia**. v.5, n.1, 2010.

KOMORI, O. M.; PEDROSA, R. A.; VITA, E. A.; CUNHA, J. S. da; PRATA, V. G. Sistema Participativo de Garantia: caminhos percorridos pela Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 7, n.2, dez. 2012.

LOPES, A. W. P.; COSTA, S. M. A. L. **A produção de hortaliças orgânicas em mercado não tradicional**: Um estudo de caso. Retratos de assentamentos, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/52>> Acesso em: 14 mai. 2017.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 182f. Orient. Nelson Giordano Delgado. Rio de Janeiro, 2007.

MISSIO, Fabrício Jose; VIEIRA, Rosele Marques. A dinâmica econômica recente do estado de Mato Grosso do Sul: uma análise da composição regional e setorial. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 3, p. 176 - 195, set./dez. 2014.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, v. 51, n.2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

PADOVAN, Denise Soares da Silva. **Avanços e Desafios de Certificação da Produção Orgânico Estado do Mato Grosso do Sul**. 2016, 133 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

PADOVAN, Milton Parron; FEIDEN, Alberto; KOMORI, Olácio Mamoru; MOTTA, Ivo de Sá; PEREIRA, Zefa Valdivina. **Grandes Eventos Técnico-Científicos de Agroecologia em Mato Grosso do Sul: Concepções, Realizações e Possíveis Impactos**. Cadernos de Agroecologia, v. 11, p. 1-12, 2016.

PADOVAN, Milton Parron; FEHELAEUER, Tércio Jacques; URCHER, Mário Artemio; SANTOS, Adilson Nascimento dos; LEONEL, Liliâne Aico Kobayashi. A Agroecologia no estado de Mato Grosso do Sul. In: **Agroecologia no estado de Mato Grosso do Sul: Princípios, Fundamentos e Experiências**. Editado por Milton Parron Padovan... [et al.] ³/₄ Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Campo Grande: IDATERRA, 2002. p. 121-126.

PADOVAN, M. P.; MOTTA, I. S.; SAGRILO, E.; ARMANDO, M. S.; RANGEL, M. A. S.; URCHER, M. A.; HERNANI, L. C.; CASTRO, K. N. de C. A pesquisa e desenvolvimento sob enfoque agroecológico na Embrapa Agropecuária Oeste: um processo em construção. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 3673-3677, 2009.

PADOVAN, D. S. S.; NASCIMENTO, J. S.; PADUA GOMES, J. B.; FERNANDES, S. S. L.; PADOVAN, M. P. Transição agroecológica na agricultura familiar em Mato Grosso do Sul: alguns avanços e desafios. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, nº 4, 2014

PINTO, D. de S. **Identidade e Trajetórias de Educadores na Agroecologia**. 2014, 211 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação: Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, Rio de Janeiro, 2014.

PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o caráter participativo da comunidade no desenvolvimento local. Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>> Acessado em 19/07/2017.

SANTOS, M. J. G.; GALIS, R. S.; LIMA, P. R.; MORENO, L. B.; SANTOS, E. G. do; TELLES, C. Levantamento da utilização de práticas agroecológicas realizadas pela agricultura familiar no território do Cone Sul em Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 7934 – Vol 7, No 2236-. 2, Glória de Dourados - Dez 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável** / editores técnicos, Adriana Maria DE AQUINO, Renato Linhares de ASSIS. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. Sustainable rural development: forma industrial agriculture to agroecology. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Ed.). **The international handbook of environmental sociology**. Cheltenham: Edward Elgar, 1997a.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Ver. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.